

TEMPO DE REI

CARNAVAL CARIOCA, MONARQUIA E PLEBISCITO DE 1993

Bruno Filippo

Tradicional figura da Estação Primeira de Mangueira, Dona Zica defendeu publicamente a volta da monarquia no plebiscito que, em abril de 1993, definiu a forma e o sistema de governo. Esse fato permite recuar no tempo para empreender a análise das relações entre a monarquia brasileira e as classes populares, bem como destas com o processo de implantação da república no Brasil. A monarquia tinha forte apelo nas camadas baixas da população; e uma das maneiras de isso se expressar era nas festas populares, em que toda uma simbologia monárquica, presente em folgedos de origem portuguesa e africana, era ritualizada. A crise do regime monárquico não diminuiu seu prestígio perante a população, de tal forma que a Abolição da Escravatura deu à Princesa Isabel o epíteto de “Redentora”. A Proclamação da República não alterou as estruturas sociais do Brasil, não incorporou os excluídos à cidadania política. É dentro desse contexto, que se deve analisar a permanência de símbolos monárquicos no imaginário da população, assim como a tentativa de convertê-los em instrumentos de mobilização política.

CULTURA POPULAR , ESCOLA DE SAMBA, CARNAVAL CARIOCA, MONARQUIA, ABOLIÇÃO, REPÚBLICA, SÍMBOLOS MONÁRQUICOS.

FILIPPO, Bruno. Tempo de rei: carnaval carioca, monarquia e plebiscito de 1993. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v. 6, n1, p. 97-106, 2009.

A Constituição de 88 estabeleceu que, cinco anos após sua promulgação, um plebiscito definiria a forma e o sistema de governo do Brasil. Em 21 de abril de 1993 os brasileiros foram às urnas.¹ Tentou-se criar um clima de campanha política, à semelhança da propaganda de candidatos em época de eleição: no rádio e na televisão pontificavam, artistas, políticos, jornalistas e intelectuais.² Na campanha pela monarquia cerraram fileiras muitas personalidades negras, como Zezé Mota e Jards Macalé. Juntou-se-lhes Dona Zica, que apareceu de maneira bastante coerente com sua figura pública: entoou o refrão do samba da Mangueira de 1988, de Hélio Turco, Jurandir e Alvinho, quando o enredo da escola abordou o centenário da Abolição da Escravatura. “O negro samba / O negro joga capoeira / Ele é o rei / Na verde-rosa / Da Mangueira”, cantou ela, para depois associar a palavra “rei” do refrão, o rei que é o negro na Mangueira, à monarquia brasileira, em cuja regência da princesa Isabel extinguiu-se a escravidão; donde Dona Zica concluiu que a monarquia, pelo bem que fizera aos negros, libertando-os, merecia ser restabelecida.

A aparição de Dona Zica encerra questões intrigantes. Que ela – e, por extensão, Zezé Mota e Jards Macalé – fazia num plebiscito sobre forma e sistema de governo? Por que ela discorreu, em poucas palavras, sobre a importância da restauração monárquica para o Brasil, um século depois da Proclamação da República? Poderia ela persuadir a opinião pública, transmitir-lhe respeito e segurança sobre sua escolha? Teria ela condições de tornar acessível às camadas mais baixas da população o por quê da realização do plebiscito? O por quê da monarquia?

Passados dezesseis anos do plebiscito, com Dona Zica já desaparecida, pretendo retomar as perguntas, para mostrar que as marcas de um passado supostamente arcaico e retrógrado – assim a monarquia vem sendo retratada desde a Proclamação da República – coexistem com a modernidade da qual seria antípoda.

MONARQUIA E ABOLIÇÃO

Uma voz na varanda do Paço ecoou: / Meu Deus, Meu Deus / Está extinta a escravidão. (*Sublime Pergaminho*, samba-enredo do GRES Unidos de Lucas, 1968. De Nilton Russo, Zeca Melodia e Carlinhos Madrugada).

Num perfil recentemente publicado de Dom Pedro II, Carvalho (2007) lembrou que o monarca, ao menos duas décadas antes da Abolição, já revelava seu desapeço pela escravidão.

Em janeiro de 1864, d. Pedro II mandou instruções ao presidente do Conselho, Zacarias de Góis, dizendo-se preocupado com o que se passava nos Estados Unidos e sugerindo que o Brasil iniciasse o processo abolicionista com uma lei de libertação do ventre. No ano seguinte, a irmã d. Francisca insistiu no tema, escrevendo da Europa e afirmando que esse era também o pensamento da condessa de Barral. Ainda nesse ano, em conversa particular com Louis e Elizabeth Agassiz, o monarca declarou enfaticamente: “A escravidão é uma terrível maldição sobre qualquer nação, mas ela deve, e irá, desaparecer entre nós”. [...] Em carta a Barral, de 23 de novembro de 1866, anunciou a partida para a guerra [do Paraguai] de 260 forros e acrescentou: “Tomara que já se possam libertar todos os escravos da nação, e providenciar a respeito da

emancipação dos outros. Há de se lá chegar e grande será minha satisfação”.
(CARVALHO, 2007, p.132)

Apesar da opinião pessoal de Dom Pedro II, o Brasil foi o último país das Américas e um dos últimos do mundo a abolir a escravidão. A batalha pela Abolição perpassou praticamente todo o século XIX; e isso se deve ao fato de que a vinda de escravos da África para o Brasil, uma prática que começou a ser adotada no século XVI pelos colonizadores portugueses como alternativa à escravidão indígena, permaneceu como um dos sustentáculos do Brasil monárquico. Ao extinguir-se a escravidão, não tardou a extinguir-se a própria monarquia. A despeito disso, o combate ao tráfico remonta ao processo de emancipação do Brasil, por pressão da Inglaterra, potência comercial e marítima da época. Quatro anos depois da Independência, em 1826, o Brasil assinou o tratado de abolição do tráfico, que passou a entrar em vigor em 1831. Foi para inglês ver, literalmente, e daí surgiu a frase que se entranhou na linguagem popular até hoje para designar atos que não têm efeito prático, pois o tráfico negreiro não só não foi abolido como aumentou consideravelmente. As quase seis décadas que separam a lei de 1831 da Abolição de 1888 foram marcadas por pressão internacional e leis que paulatinamente terminaram por minar a escravidão e geraram acalorados debates internos.

Em 1845, o parlamento britânico aprovou o *Bill Aberdeen*, pelo qual a Marinha Inglesa estava autorizada a aprisionar navios negreiros de qualquer nacionalidade que circulasse no Atlântico. Em 1850, a Lei Eusébio de Queiróz extinguiu o tráfico negreiro no Brasil. Quatro anos depois, a Lei Nabuco de Araújo estabeleceu penas severas aos traficantes e rígida fiscalização policial. A Lei do Ventre Livre, de 1871, previa a libertação dos filhos de escravos, mas com a condição de que permanecessem até os oito anos de idade sob a tutela dos senhores; estes tinham o direito de escolher entre libertar a criança quando completasse a idade, o que lhes dava ou direito de indenização do estado, ou de utilizar-se de seus serviços até os 21 anos. Em 1885, a Lei Saraiva-Cotegipe, também conhecida como Lei dos Sexagenários, estabelecia indenização aos senhores que libertassem os negros com mais de 60 anos, porém os obrigava a trabalhar para os senhores três anos após sua libertação.

A Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários eram medidas que se pretendiam conciliatórias, mas em verdade eram contraditórias: ao mesmo tempo em que a Monarquia libertava as crianças e os velhos, tentava mantê-los presos a seus senhores. Essas hesitações contribuíam para o clima de instabilidade política. Aumentava a insatisfação dos abolicionistas, que recrudesciam sua campanha; aumentava o temor dos escravistas, que temiam a desorganização do trabalho fundiário. Às vésperas da Abolição, a monarquia perdera o controle sobre a situação: os escravos fugiam do cativeiro e afluíam às cidades, no que não podiam ser contidos pelas autoridades, porque constituíam grupos numerosos; algumas cidades já haviam decretado a Abolição anos antes da princesa Isabel.

Nesse quadro, o “Treze de Maio” foi o ato oficial que visava evitar um descontrole social ainda maior. Ainda que a Princesa Isabel e toda a família real fossem contrárias

à escravidão e a vissem como um cancro social, não foi essa visão humanística a principal norteadora da Abolição.

Mas a imagem de Isabel como “redentora”, como a princesa que fez cessar o grito de dor das senzalas, que num ato pôs fim a três séculos de escravidão que tanto sofrimento causara, cristalizou-se; e a monarquia, então, pôde reiterar, em seus momentos finais, sua representação no imaginário popular. Ao passo que o fim da escravidão operou a separação entre monarquia e elite escravocrata – que àquele momento concentrava-se no decadente Vale do Paraíba –, empurrando os velhos barões para o movimento republicano, granjeou à família real, no entanto, grande apoio da população.

Como isso foi possível? Uma das explicações está na presença da monarquia no imaginário popular, que encontrava em festas e folguedos a melhor forma de materializar-se.

CULTURA POPULAR NO BRASIL MONÁRQUICO

Delira meu povo / Nesse festejo colossal / Vindo de terra distante / Tornou-se importante e tradicional. (*Festa do Divino*, Samba-enredo do GRES Mocidade Independente de Padre Miguel, 1974. De Tatu, Nezinho e Campo)

Ao vir para o Brasil em 1808, a família real não implantou em terras tropicais a simbologia monárquica; já a encontrou numa cultura que valorizava tradições populares portuguesas e africanas em que a figura do “rei” fazia-se presente em procissões, cavalhadas, congadas, cheganças, maracatus, festas do Divino. De modo que a corte portuguesa, para além de promover um diálogo com essas tradições, transformou-as num espaço de reafirmação dos poderes da realeza.

Com tantas heranças, e havendo monarcas “de verdade” morando no país, no século XIX, os cortejos reais alcançaram grande popularidade. Nesses momentos, vários grupos sociais compartilhavam o espaço das ruas e muniam-se de diferentes formas de manifestação cultural com um intuito comum: homenagear o imperador.

Num país escravocrata, fortemente hierarquizado, as festas dos “brancos” ocorriam – em sua maioria – no interior dos palácios e teatros, cenário para bailes e saraus, ao passo que as festas dos “negros” se realizavam nas ruas da cidade e nas senzalas das fazendas. Enquanto nos bailes a corte se vestia à europeia e transformava a escravidão numa cena quase transparente, nas festas populares as cores e adereços eram outros. (SCHWARCZ, 1999, p. 253; 259)

A festa mais popular do período, segundo Abreu (1999), foi a Festa do Divino. Sua importância no período foi tão grande, conforme sua observação, que pode ter influenciado a adoção do nome de “Imperador” (de imperador do Divino, uma personagem do cortejo encarnada por um menino) para designar o monarca do país.

Procurando atestar a grande popularidade da festa do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, do imperador do Divino, na primeira metade do século XIX, o folclorista Câmara Cascudo defende ter sido este o motivo que levou José Bonifácio a decidir pelo título de imperador para o chefe político do país [...]

De qualquer forma, mesmo que a afirmação de Cascudo tenha alguma dose de exagero, é tentador aproveitar esta suspeita – ou ironia – sobre uma possível confusão simbólica entre os imperadores – especialmente pelo hábito de se coroarem meninos nas festas – pois propõe uma íntima relação entre o mundo da política e da religião.

Invertendo a sugestão, fica válido pensar na utilização religiosa de um momento político. Ou seja, a maior popularidade do Divino diante de outras comemorações também não poderia ser atribuída a uma identificação desta festa com o início de um novo Império nas Américas – jovem e promissor – onde cada festa anualmente renovaria as esperanças de todos por um futuro melhor, através dos dons do Espírito Santo, da alegria, do riso e da coroação de um novo imperador? (ABREU, 1999, p. 46-47)

O espaço público das ruas, das procissões de caráter religioso, das festas populares das quais muitas vezes o imperador participava, é também o espaço do carnaval. Havia várias formas de brincar o carnaval no Segundo Reinado, de acordo com a classe social a que o folião pertencesse: da brincadeira do entrudo, considerada violenta, às formas mais organizadas, em forma de procissão, como os populares ranchos e as elitistas grandes sociedades, passando pelos exclusivistas bailes de máscara e pelos cordões. O carnaval não era um momento de suspensão da ordem social; havia nele a reprodução de tensões e conflitos da época.³

As grandes sociedades converteram-se numa forma de veiculação dos ideais republicanos, incluindo a Abolição. No entanto, duas outras manifestações carnavalescas organizadas tinham claros símbolos monárquicos: os cucumbis e os ranchos. Estes, criados na década 70 do século XIX, originam-se da tradição dos pastoris e dos ternos de reis que costumavam desfilar no período do ciclo natalino, que termina em 6 de janeiro, Dia de Reis. Sua composição social era mais heterogênea – incluía camadas populares de classe média, imigrantes negros e mulatos baianos, músicos, escritores, estivadores e funcionários públicos.⁴

Os cucumbis eram cortejos processionais de negros que nas últimas décadas do século XIX desfilavam pelas ruas do Rio de Janeiro representando uma tradição africana repleta de significação monárquica: príncipes, rei, rainha, corte.⁵

A história contada pelos cucumbis representa um cortejo de príncipes, princesas, feiticeiros, embaixadores de outras nações africanas e o povo, levando para o rei Congo seu filho recém-circuncidado. (...) Vestimentas mais ricas e caracteristicamente africanas diferenciam o rei, a rainha, o embaixador e a corte. (CUNHA, 2001, p. 41-42)

Dessa forma, ao promover a libertação dos escravos, a monarquia brasileira acrescia mais um elemento a esse repositório de símbolos da cultura popular que lhe dava sustentação: a da “redentora” princesa Isabel.

Essa relação estreita não deve levar à constatação de que no período imperial havia sempre tolerância e incentivo das autoridades às festas populares. Como nota Marta Abreu, depois de mostrar como a polícia do Império conseguiu acabar com as festas do

Divino Espírito Santo no Campo de Santana, empurrando-a para locais menos nobres e afastados do Centro da Cidade.

De qualquer forma, no período imperial, apesar das marchas, contramarchas e resistências cotidianas analisadas – caminhos de tolerância em meio a perspectivas de controle – foi possível, na longa duração, acompanhar a condenação e o cerceamento das festas, barracas, áreas livres da cidade, ajuntamentos nas ruas, cosmoramas, panoramas, realejos, circo de cavaleiros, batuques, máscaras, bailes, fogos, danças, touros, procissões, esmolos e fogos (ufa!) antes de 1889! (ABREU, 1999, p. 339)

Nada, no entanto, que enfraquecesse a popularidade da monarquia e a força de seus símbolos na sociedade e na mentalidade brasileiras.⁶ Ao que se somou, reafirmando-a, as fraquezas do novo regime político.

A REPÚBLICA

Tenho convicção de que a raça negra por um plebiscito sincero e verdadeiro teria desistido de sua liberdade para poupar o menos desgosto aos que se interessavam por ela e que no fundo, quando ela pensa na madrugada de 15 de novembro lamenta ainda um pouco o seu 13 de maio. (Joaquim Nabuco, *Minha Formação*)

Escritas em 1900, onze anos após a Proclamação da República, as palavras do abolicionista e monarquista Joaquim Nabuco deslindam a antinomia entre os ideais republicanos e a população negra que, após a Abolição, não se integrou à sociedade, permanecendo à margem dela. Não só os negros, mas a população brasileira não foi absorvida, nas primeiras décadas republicanas, por um regime que, em princípio, age em seu nome e lhe dá a responsabilidade de escolher seus representantes. A transposição do ideário republicano para um país autoritário e desigual como o Brasil não alterou essa realidade; ao contrário, tornou-o mais desigual, mais autoritário, mais excludente – e isso aumentou a identificação da monarquia com as camadas populares. As várias revoltas que eclodiram nas duas décadas seguintes adquiriram caráter de contestação à República: Revolta da Vacina, Canudos, Contestado. Excluída da democracia e da igualdade republicanas, a população restou apelar para um passado próximo que lhe parecia menos desrespeitoso, menos indigno de confiança, autoritário e repressivo.

José Murilo de Carvalho, estudioso do Império Brasileiro e do processo de formação do regime republicano, tem enfatizado que os republicanos foram incapazes de consolidar os ideais do novo regime; conseguiram, no entanto, desmoralizar a monarquia perante proprietários rurais, intelectuais, professores e estudantes. No entanto, à medida que lhes aumentava a percepção de que a monarquia era um regime de atraso, opressão e privilégio, sua aceitação pelo restante da população, que sempre fora grande, aumentara em virtude da Abolição. A Proclamação da República não teve legitimação popular, foi um movimento de segmentos da elite brasileira.⁷

Em artigo escrito na imprensa dois anos antes do plebiscito, José Murilo atualizou o debate sobre a permanência dos símbolos monárquicos e destacou que, hoje, não se pode associar a monarquia às camadas populares, mas sua simbologia ainda é forte.

Seria evidente exagero falar hoje de monarquismo entre as camadas populares. Mas há certamente grande aceitação de símbolos monárquicos. O exemplo clássico são as escolas de samba com seus inúmeros enredos e alegorias de referência monárquica. A congada, festa negra do interior, gira toda ela em torno do tema da realeza. Em Minas Gerais, rei e rainha congos são ainda escolhidos todos os anos. No país inteiro, qualquer pessoa que se destaque em alguma atividade é logo proclamada rei. Temos reis de futebol, reis de corrida de fórmula-1, rainhas de beleza, reis momos, reis do bicho. Em contraste, a palavra cidadão, marca registrada do igualitarismo republicano, teve triste sina no linguajar popular. É termo quase pejorativo.⁸

Há outras relações evidentes entre monarquia e carnaval. A figura do Rei Momo, secundada pelas princesas e pela rainha do carnaval, recebe das mãos do prefeito do Rio de Janeiro, na sexta-feira que antecede o carnaval, a chave da cidade, numa cerimônia festiva que marca o início de seu “reinado”: a passagem da administração do prefeito ao rei que decreta o começo da folia.

O elo com as escolas de samba – surgidas no fim da década de 20 – vai além de enredos e alegorias com alusão à monarquia e observa-se até no nome de muitas agremiações.⁹ Em todo o Brasil há uma profusão não só de escolas, mas também de blocos, com nome de império e imperatriz e também “monarcas”. No Rio, duas das mais tradicionais chamam-se Império Serrano e Imperatriz Leopoldinense, escolas de samba do subúrbio da cidade.¹⁰ Ambas têm como símbolo em sua bandeira uma coroa. É difícil comprovar empiricamente que seus fundadores quisessem fazer uma homenagem à monarquia¹¹ – mas só a escolha do nome, (no caso das duas citadas, entre os anos 40 e 50, muitas décadas depois do “Quinze de Novembro”) mostra que o referencial simbólico da Monarquia como regime de prestígio, de imponência, de afirmação de poder, estava arraigado.¹²

No plebiscito, a campanha pela monarquia enfatizou não somente esse referencial simbólico; apresentou-a como panaceia para um dos males seculares do Brasil: a miséria.¹³

CONCLUSÃO: O REFRÃO QUE FALTOU

Com raríssimas exceções, que talvez não existam, todos os presos são radicalmente monarquistas. Passadores de moedas falsas, incendiários, assassinos, gatunos, capoeiras, mulheres abjetas, são ferventes apóstolos da restauração. (João do Rio, *A alma encantadora das ruas*)

Volte-se, então, àquele já distante início de 1993. Embora não se considere um monarquista, José Murilo, no artigo citado, expôs as virtudes da monarquia para o Brasil. Em sua opinião, num país marcado pela instabilidade do sistema político, o rei, como re-

presentante simbólico da nação, poderia exercer um papel de árbitro dos conflitos entre os poderes, à semelhança da monarquia espanhola.

Que poderia oferecer um regime monárquico a essa república centenária ainda tão sem rumo? Vou limitar o argumento a um ponto que me parece o mais relevante. Independentemente do poder que exerça, o que a figura real sempre fez foi permitir uma representação simbólica da nação mais eficaz do que a que qualquer presidente da República pode oferecer. A Revolução Francesa teve que inventar nova representação da nação, porque antes a nação era o rei. O presidente é eleito, é membro do partido, de facção. Por mais que o cargo lhe confira a única representação do país, ele sempre será visto como partidário. Apenas em um ou outro caso, algum presidente pode escapar desta limitação e alçar-se acima dos partidos, como De Gaulle. Sintomaticamente, é logo chamado de presidente imperial.

A representação simbólica da nação em uma pessoa cercada de convenção que lhe dá caráter de permanência (a linha dinástica) confere um grau de estabilidade ao sistema político que não pode ser desprezado em países marcados pela instabilidade crônica. Não se trata de introduzir imobilidade, mas exatamente o contrário. Uma vez estabilizada a representação nacional, fica o espaço livre para o exercício do conflito, para a luta de partidos, facções, classes, o que for. Fica livre o conflito de interesses, que não mais precisa ser coibido em nome da estabilidade do sistema.¹⁴

Aos que imaginam a monarquia uma forma atrasada, antiquada, ele oferecia um argumento definitivo: “Continuam monárquicos hoje países que estão na vanguarda do progresso e da democracia. São monarquias a Holanda, a Bélgica, a Suécia, a Dinamarca, a Noruega, a Espanha, o Japão”.

Nem Dona Zica, personagem do povo, nem José Murilo, da academia, conseguiram convencer aqueles que se dispuseram a ir às urnas. Tampouco se abriu o debate sobre a monarquia, como queria o historiador.¹⁵ Pelo plebiscito, e por uma diferença maciça de votos, o Brasil continuou república presidencialista.¹⁶ Do que se pode deduzir que hoje a identificação do povo com a monarquia continua apenas simbólica, sem constituir um movimento organizado capaz de mudar a forma de governo.

Seja monarquia, seja república; seja presidencialista, seja parlamentarista, o Brasil não pode apagar seu prontuário: a desigualdade, a falta de oportunidade, a restrição da cidadania, a corrupção. Apesar dos avanços nos últimos anos, as raízes dos problemas fazem-nos persistir e tornam esses avanços pontuais, sem alterar-lhes a estrutura. Este Brasil samba e joga capoeira; mas este também é o Brasil do refrão final do samba-enredo que Dona Zica cantou na televisão. Esse refrão ela não cantou. É um momento de beleza poética em música popular: “Pergunte ao Criador / Quem pintou essa aquarela / Livre do açoite da senzala / Preso na miséria da favela”.

NOTAS

1 A Emenda que instituiu o plebiscito foi apresentada durante a constituinte em 1987 pelo deputado federal Cunha Bueno, um dos líderes da campanha monarquista, e incluída no art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição promul-

gada em outubro de 1988. Trinta anos antes, em importante precedente, um plebiscito sobre o sistema de governo restituíra a João Goulart os poderes do presidencialismo, pondo fim à república parlamentarista que se implantou no país com o objetivo de limitar-lhe as ações após a renúncia de Jânio Quadros.

- 2 Em 4 de fevereiro de 1993, o presidente da república Itamar Franco sancionou a Lei nº 8.624 que regulamentou a realização do plebiscito, pela qual se estabeleceu a propaganda em rádio e televisão, bem como a obrigatoriedade do voto para maiores de dezoito anos. O texto da lei se encontra no endereço http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8624.htm
- 3 Sobre o tema, ver Cunha (2001).
- 4 Sobre o tema, ver Sá (2007, p.58-59).
- 5 Segundo estudiosos, os cucumbis, originalmente, participavam dos ritos fúnebres dos filhos de reis africanos falecidos na cidade do Rio. Essa manifestação perdurou até 1830, quando deixou de existir; ressurgiu na década de 1880, no contexto abolicionista, como entidades que desfilavam no carnaval. Sobre o tema, ver Ferreira (2005, p.142-143).
- 6 Schwarcz (2006) empreende um trabalho de fôlego sobre a construção dos símbolos monárquicos.
- 7 Essas ideias estão expostas, com clareza e elegância, em Carvalho (1987 e 1990).
- 8 “Esse debate é real”, *Jornal do Brasil*, 14/04/1991, Caderno *Ideias*.
- 9 Nos últimos anos, a espetacularização do desfile das escolas de samba deu valor excessivo a um posto que, em decorrência disso, é ocupado por personagens midiáticas: a rainha de bateria.
- 10 Os principais fundadores do Império Serrano – agremiação criada em 1947 – vieram da atividade da estiva. Os trabalhadores da Zona Portuária, na Região da Gamboa, no Centro do Rio, eram compostos, em sua maioria, por negros, o que de resto ainda se pode notar nos dias de hoje. Os estivadores, por meio de seu sindicato, envolveram-se em movimentos de luta política e racial. Ver Moura (1983).
- 11 No carnaval de 1989, a Imperatriz Leopoldinense desfilou com enredo Liberdade, Liberdade! Abra as asas sobre nós, em homenagem ao centenário da República. Em meio a versos como “O império decadente, muito rico incoerente”, lê-se: “Pra Isabel a heroína, que assinou a lei divina. Negro dançou, comemorou, o fim da sina”.
- 12 Comemora-se o Dia Nacional do Samba em 2 de dezembro, dia de aniversário de nascimento de D. Pedro II. Nada há que indique uma correlação entre essas datas, apenas coincidência. “A ideia de estabelecer um dia para homenagear o samba surgiu no encerramento do I Congresso Nacional do Samba, em 2 de dezembro de 1962. O então deputado Anésio Frota Aguiar, presente no evento, apresentou o anteprojeto ao plenário, composto por representações da Confederação Brasileira das Escolas de Samba, da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, do Conselho Nacional de Cultura e da Ordem dos Músicos do Brasil. No dia 28 de julho de 1964, a Câmara Estadual dos Deputados aprovou a Lei nº 554 que, embora de caráter estadual, logo teve repercussão nacional. O Dia do Samba passou a ser comemorado todo dia 2 de dezembro.” (Araújo, 2003, p. 583)
- 13 No site de vídeos Youtube, é possível assistir a uma das propagandas veiculadas pelos monarquistas. Um animado jingle, intitulado “Vote no Rei”, ilustrava imagens que mos-

travam adultos e crianças miseráveis. (www.youtube.com/watch?v=QGB3vZKjB4w&feature=related). Também no Youtube pode-se ver uma significativa declaração de Tom Jobim ao repórter Lucas Mendes, que à época trabalhava como correspondente da TV Cultura de São Paulo em Nova Iorque. Tom comparecera ao consulado brasileiro para votar no plebiscito. O compositor não quis revelar seu voto; disse que o plebiscito era menos importante do que os problemas que o Brasil tinha para resolver. Ao fim, declarou que os escravos eram mais bem tratados do que os pobres de hoje; ao que Lucas Mendes, encerrando a entrevista, insinuou que Tom votaria na monarquia. (www.youtube.com/watch?v=2Z17B18Va18&NR=1)

14 “Esse debate é real”, op.cit., Caderno Ideias.

15 Esse artigo, polêmico por inesperado, marcou a trajetória de José Murilo de Carvalho, um dos mais importantes historiadores e cientistas políticos brasileiros, membro da Academia Brasileira de Letras. Numa enquete em que o caderno “Mais” da *Folha de São Paulo* pediu a alguns intelectuais que listassem as dez coisas que gostariam de fazer antes de morrer, José Murilo escreveu, sarcasticamente: “Ficar livre dos que me perguntam se sou monarquista”.

16 O resultado da votação sobre forma de governo foi este, de um total de 90.531,124 votos: república, 49%; monarquia, 7,5%; votos brancos, 9,8%; votos nulos, 7,8%; abstenções, 25,7%. Sobre sistema de governo, de um total de 90.256.552 votos: presidencialismo, 41,16%; parlamentarismo, 18,3%; votos brancos, 3,84%; nulos, 10,93%; abstenções, 25,7%. Ver Revista BrHistória, ano I, nº 04, junho/2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Marta. *O Império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999.
- ARAÚJO, Hiram. *Carnaval: seis milênios de história*. Rio de Janeiro: Ed. Gríphus, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *D. Pedro II*. Coleção Perfis Brasileiros. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecossistema do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- FERREIRA, Felipe. *Inventando carnavais: o surgimento do carnaval carioca no século XIX e outras questões carnavalescas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Funarte, 1983.
- NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Porto Alegre: Ed. Paraula, 1995.
- RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SÁ, Renata Gonçalves de. *Os ranchos pedem passagem*. Coleção Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/Secretaria das Culturas, 2007.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Bruno Filippo é jornalista, sociólogo, professor e coordenador do Instituto do Carnaval.